

# **METAMORFOSES DO ESPAÇO PÚBLICO: A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E POLÍTICA NA HISTÓRIA DA PRAÇA DE CASA FORTE**

*METAMORPHOSIS OF PUBLIC SPACE: RELATIONS BETWEEN TERRITORY AND POLITICS IN CASA FORTE'S SQUARE HISTORY*

## **COSTA, Ester**

Arquiteta e urbanista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. E-mail: ester.gabriel@gmail.com

## **GUSMÃO, Danuza**

Arquiteta e urbanista, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. E-mail: dggusmao@ig.com.br

## **MAFRA, Fátima Maria**

Arquiteta e urbanista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. E-mail: fatima.mafra@superig.com.br

## **MOCOCK, Maria Phyllis**

Arquiteta e urbanista, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. E-mail: maphyllis@yahoo.com

## **CARNEIRO, Ana Rita**

Arquiteta, urbanista, Profa. Dra. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e coordenadora do Laboratório da Paisagem – UFPE, membro do CECI/UFPE, e PhD. pela Oxford Brookes University. E-mail: anaritacarneiro@hotmail.com

## **MELO, Vera**

Arquiteta, urbanista, Profa. Dra. do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, doutora pela UFRJ. E-mail: veramelo@hotlink.com.br

## **RESUMO**

O objetivo deste estudo é uma reflexão sobre algumas transformações morfológicas, metamorfoses que ocorreram no espaço público Praça de Casa Forte. Baseando-se na concepção da Geografia de que a cidade é resultado da relação dialética entre organização política e dinâmica territorial (GOMES, 2002), busca-se investigar como essa relação acontece no espaço público. Inicialmente se faz algumas considerações sobre as noções de território, de política e de cidade, e em seguida se procede ao seu reatamento no espaço público objeto deste estudo.

Para compreender o conteúdo da morfologia da Praça, ou seja, em que pesa as práticas cotidianas e ao mesmo tempo perceber qualidades de um espaço projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx, dirigiu-se à observação para três momentos significantes de sua história: a Campina da Casa Forte no século XVI; o Jardim de Casa Forte em 1935 e a Praça de Casa Forte nos dias atuais.

A Praça, por ter sido objeto de criação de um artista, incorpora dimensões atuantes no processo de formação deste espaço, histórica, artística, simbólica e cultural. Estas dimensões diferenciam a Praça de Casa Forte dos demais espaços públicos, conferindo a ela características de um bem

patrimonial.

**Palavras-chave: Território, política e espaço público.**

## **ABSTRACT**

*The aim of this is to reflect about morphological transformations and metamorphosis that happened at Casa Forte's Square. Based in Geography's conception of city where form results of dialectic relation between territory and politics, this paper also aims to investigate how this relation happens in public space (GOMES, 2002). It is understood that space, public like urban spaces, is a product of the dialectic relation between political organization and territorial dynamics. At first, considerations about the notion of "territory", "politics" and "city" are presented. After that, these notions are revealed in the case study of this paper, which is a public space.*

*To understand the square's morphology, to understand how quotidian practice affects and, at the same time, recognize the qualities of a space designed by the landscape designer Roberto Burle Marx, it was investigated three moments of its history: Casa Forte's Fields, in the XVI Century; Casa Forte's Gardens, in 1935; and nowadays, Casa Forte's Square.*

*The Square, because it was created by an artist, incorporate historical, artistic, symbolic and cultural dimensions that influence the process of production of this space. These dimensions makes Casa Forte's Square distinct of other public spaces, and gives it characteristics of a patrimonial good.*

**Key words: Territory, politics and public space.**

## **Introdução**

Entender de que maneira se processa a origem de uma cidade perpassa pela compreensão de diversas dimensões ou aspectos que a constituem, dentre eles: o político, o econômico; o histórico; o morfológico e o social.

É no trabalho do geógrafo Paulo César da Costa Gomes (2002) – *A condição urbana* – que buscamos fundamentar a maior parte das noções e reflexões relativas ao espaço urbano, Praça de Casa Forte. Esta linha de trabalho, para o espaço público, em especial a Praça de Casa Forte, possibilitará vislumbrar como a vida urbana ali frutificou, como as modificações morfológicas se deram ao longo do período investigado a partir das práticas sócio espaciais e conseqüentemente, permitirá a reflexão sobre a especificidade de um espaço público objeto de criação artística.

A escolha da Praça como objeto empírico se justifica por ser ela um espaço público importante para a cidade do Recife, o qual teve origem no século XVI com a implantação dos engenhos de açúcar, chegando as primeiras décadas do século XX quando é objeto de intervenção artística dentro de uma conjuntura política que buscava a modernização das cidades brasileiras. Atualmente a Praça tem sofrido alterações em seu entorno resultantes da especulação imobiliária, o que tem causado mudanças não apenas nos aspectos físicos, mas na forma de apropriação desses espaços por seus freqüentadores. Porém, é também neste momento que se percebe o despertar de uma consciência de resgate da cultura, pois emergem movimentos sociais para exigir um maior comprometimento dos administradores públicos com a conservação dos espaços urbanos representativos.

Para compreender o conteúdo da morfologia da Praça e ao mesmo tempo perceber qualidades que adquire um espaço projetado por um artista, procede-se da seguinte maneira: apresenta-se a fundamentação do estudo e as considerações sobre as noções de território, política e cidade. Em seguida, faz-se rebatimento dessas noções sobre o espaço público refletindo-se um pouco sobre seu conceito e finalmente, estende-se à observação para três momentos significativos da história do espaço público objeto deste estudo.

Os três momentos escolhidos na investigação caracterizam gestos políticos no território: o primeiro momento é a sua origem vista aqui como o gesto do colonizador, que se dá em meados do século XVI, o segundo momento quando é projetado por Burle Marx o Jardim da Casa Forte em 1935 no auge das primeiras intervenções modernas brasileiras e o terceiro gesto resulta de uma conjuntura que sai da escala do bairro para a escala da cidade atendendo a uma demanda que prioriza interesses imobiliários.

A inovação do presente estudo consiste no fato de propor uma aproximação entre a análise morfológica do espaço público e as considerações acerca das práticas sócio-espaciais, alcançando a ampliação tão necessária para a compreensão da dinâmica espacial na relação dialética território e política que têm lugar nos espaços urbanos.

## 1 – Fundamentação teórica

### 1.1 – Território, política e cidade: noções e relações dialéticas

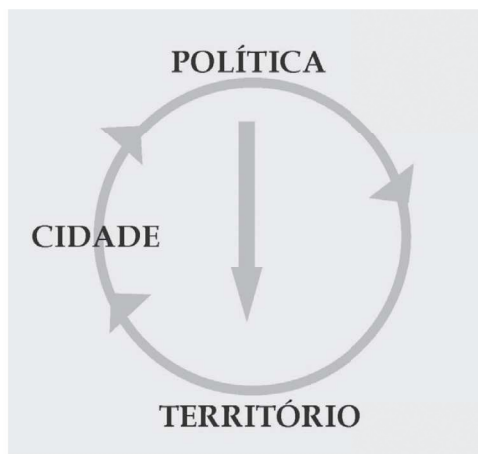


Figura 1: Gráfico da bordagem de Gomes  
Fonte: Desenho das autoras, 2006

Paulo César da Costa Gomes estrutura o seu trabalho – *A condição urbana* – em três noções básicas: território, política e cidade. As três noções abordadas no trabalho de Gomes e que aqui servirão de base, podem ser expressas no gráfico abaixo:

Com a interpretação do gráfico se poderia dizer de forma resumida que a cidade é o resultado da atuação de forças políticas sobre um território. Para discorrer sobre a atuação da política no território que é o eixo vertical do gráfico apresentado se coloca que, atualmente, a Geografia não trata o território como um fato isolado e único, mas como parte de uma extensão física do espaço que se constitui elemento primordial para a instituição de um poder. É sobre o território que um agente titular institui uma ordem espacial de objetos e assim controla as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar (GOMES, 2002, p. 12).

Gomes (2002, p.13) observa que esta noção de território traduz simultaneamente uma classificação que exclui e inclui; que passa pela presença de uma gestão que exerce controle e que subverte e, pressupõe espaços que são qualificados segundo valores distintos, definidos por uma sociedade, produzindo uma morfologia de características sócio-espaciais.

Na cidade, esse processo se dá dentro de um espaço delimitado, o território, o qual reúne pessoas de diferentes anseios e expectativas que desenvolvem uma relação orientada e organizada espacialmente. Esta forma de relação organizada que tem como objetivo a busca de coisas em comum a partir da convivência entre diferentes pessoas é denominada de política (ARENDET *apud* GOMES, 2002). Dessa maneira é possível estabelecer que a cidade é um fenômeno político-espacial e como tal não se resume a um “contíguo de moradias” ou a um “adensamento popu-



lacional”, ela é antes de qualquer coisa, um tipo de “associação entre as pessoas, associação esta que é uma forma física e um conteúdo” (GOMES, 2002, p. 19).

Na abordagem de Gomes, onde a cidade é uma forma resultante de duas dimensões interatuantes: relações entre a política e o território, fundadoras na constituição e no exercício do poder, o espaço público pode ser entendido como uma parte da cidade, originado de relações proporcionalmente menos complexas que a urbe e, como a cidade, pode ser investigado como resultado da interação entre política e território.

## 1.2. O espaço público: uma parte da cidade

O espaço público é uma categoria de classificação dos espaços urbanos – público se refere a tornar público, publicar, do latim *publicare*; pressupõe uma ampliação do espaço comum e a atribuição de um valor normativo àquilo que é acessível a todos.

Muitas vezes se diz que é público o que não é privado, outras vezes se apela para a definição que consta na lei como se esta fosse anterior àquela, no entanto o espaço público precede a lei, pois a criação de normas é posterior à necessidade de se organizar um espaço físico.

Uma última concepção para o espaço público é a que o define pela qualidade de livre acesso, que por si só, não confere um estatuto de público ao espaço. Acrescenta-se que este espaço é regido por regras e usufruído por uma sociedade que está sujeita a normas e regras de conduta e convivência. Cada sociedade cria na história formas físicas que correspondem a arranjos político-sociais específicos e muitas das transformações que ocorrem nas cidades mantêm relações com o contexto local e com o contexto mundial.

É com a noção de que o espaço público resulta da relação dialética entre política e território que se iniciará a reflexão sobre a Praça de Casa Forte. No Brasil com a colonização de base portuguesa, a forma como foram construídos alguns arranjos espaciais reflete de maneira específica a relação território e política aqui comentada. A Praça de Casa Forte, parte da Cidade do Recife, é representante de um conjunto de formas hierárquicas resultantes da política açucareira vigente desde meados do século XVI. Ela passou gradativamente por metamorfoses expressas nas formas e nas práticas presentes neste espaço público, as quais refletem os momentos históricos correspondentes.

## 2. A Campina da Casa Forte

Pode-se afirmar que a Campina da Casa Forte, é um exemplo de espaço que nasceu para



Figura 2: A Campina da Casa Forte e seus usos  
Fontes: Luciana Santiago, 2001

o uso público. Fazia parte das dependências do antigo Engenho da Casa Forte. Fundado em meados do século XVI por Diogo Gonçalves em parte das terras que recebera do donatário da capitania de Pernambuco Duarte Coelho (COSTA, 2001, p. 56), o Engenho era homônimo também do bairro, ao qual deu origem.

O gesto do colonizador grava sobre o território uma determinada disposição de objetos que propiciarão certas práticas sociais que a princípio terão a função de suprir as necessidades da colônia. O Engenho de Casa Forte (séc. XVI)



Figura 3: A Campina da Casa Forte e seus usos  
Fonte: Luciana Santiago

reflete na disposição dos objetos sobre o seu território – com arranjo espacial formado por elementos como a igreja, a casa grande do engenho e as dependências – as hierarquias políticas e as dinâmicas sociais próprias da época.

Desde o tempo do Engenho as comemorações de Natal e Ano Novo se realizavam na Campina, ali se davam os encontros e as trocas. A Campina desde sua origem foi destinada ao uso coletivo. O engenho existiu por dois séculos e meio e com a morte de seu último representante, João de Freitas da Silva, no final do século XVIII, ele ficou

pertencendo a “diversos possuidores”. (COSTA, 2001, p. 65)

Não é, porém difícil imaginar as práticas que se davam nesse espaço de uso coletivo, trabalho escravo, preparo de carregamentos de açúcar, partidas e chegadas das carruagens, encontros para as missas dominicais e tantas outras que compunham a vida que se desenrolava no espaço. Os diversos herdeiros, confirmando a vocação da campina, ao dividirem as terras em sítios, cederam para a comunidade o terreno em frente à Igreja, “*não só para aformosear a mesma Igreja, e servir de praça ou feira para o futuro, como para perpetuar a lembrança da segunda vitória que nele alcançaram os brasileiros contra os holandeses*” (Costa, 2001, p. 65).

É importante ressaltar que a Campina foi resultado de um gesto do colonizador que determinou sua forma e uso, a cristalização do uso coletivo por sua vez desencadeou no processo de repartição das terras do antigo engenho em sítios e lotes o ato de doação da área, por parte dos últimos herdeiros. O espaço que antes era de propriedade privada e de uso coletivo passa para o domínio público, ou seja, passa a ser regulado e normatizado pelo governo local para o uso de toda a sociedade. Se constitui como “lugar das indiferenças”, lugar onde afinidades, diferenças e disputas se submetem às regras de civilidade. (GOMES, 2002, p. 162)

Dando continuidade a reflexão passa-se ao segundo momento objeto dessa investigação, caracterizado pelo gesto do artista Roberto Burle Marx.

### 3. Burle Marx e o jardim de Casa Forte

O gesto criador de Roberto Burle Marx, em 1935, se apresentará como componente de destaque nesse segundo momento – Jardim de Casa Forte. Porém, é fundamental inserir este gesto no contexto social e político daquela época.

As primeiras décadas do século XX, no Brasil, foram marcadas por grandes mudanças na forma de conceber os espaços urbanos. Nesse contexto havia um movimento cultural e artístico que conduzia e propiciava as transformações que a sociedade passava a exigir. Segundo Pontual (2005, p. 35), em Recife, nos anos 30 foi possível constatar um ambiente de efervescência cultural ao modernismo reforçado pelo regionalismo freyriano. Os planos de reforma e expansão urbanas traziam traços e influências do movimento moderno europeu e dos CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), dentre eles a valorização do verde com projetos para parques, praças e jardins.

A administração da cidade, como iniciativa para a consolidação da prática urbanística, cria uma Diretoria de Arquitetura e Urbanismo (DAU<sup>2</sup>) e contrata uma equipe de profissionais chefiada pelo Arquiteto Luís Nunes, dentre eles os engenheiros Joaquim Cardozo, Antônio Baltar e Ayrtton



da Costa Carvalho e o Paisagista Roberto Burle Marx. Este paisagista vem não só para cuidar da arborização das ruas da cidade, mas, principalmente, para remodelar e projetar jardins para o Recife onde tudo obedecia a “um plano moderno de aformoseamento, capaz de tornar o Recife apto a figurar como um centro de civilização de um novo aspecto urbanístico” publica o *Diário da Tarde*, em maio de 1935.

Burle Marx rompe com a tradição de fazer jardins aos moldes europeus como até então era comum e propõe um resgate da identidade cultural do Brasil. Entre 1934 e 1937, realiza seus primeiros jardins públicos considerando, também, o sentido ecológico, ou seja, utilizando espécies originárias de várias regiões do país (SÁ CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p. 96). Nasce, neste contexto, o *jardim brasileiro* que tem na Praça de Casa Forte, seu primeiro exemplar. Ao espaço público destinado principalmente ao uso contemplativo é atribuída a missão de divulgar ao Brasil a sua flora, até então ignorada e desconhecida.

Para Guerra (2002, p. 5), é o arquiteto russo, Warchavchik, quem introduz a natureza tropical para emoldurar a casa moderna brasileira. Compartilhando do pensamento do moderno no Brasil com Warchavchik e Lúcio Costa, Roberto Burle Marx projeta para o bairro de Casa Forte um jardim público que pela primeira vez reúne espécies da Amazônia, da Mata Atlântica e plantas exóticas

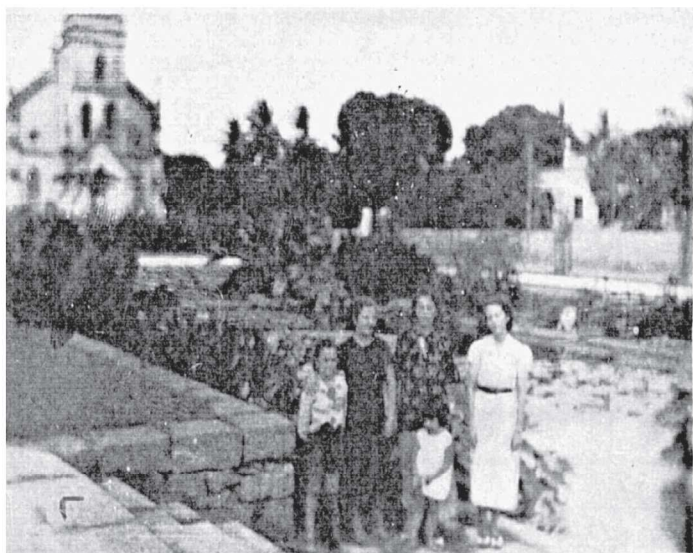


Figura 4: O jardim de Burle Marx e seus usos  
Fonte: Arquivo Fundaj, 2001



Figura 5: O jardim de Burle Marx e seus usos  
Fonte: Luciana Santiago, 2001

segundo uma temática tropical Burle Marx constrói seu jardim observando, também, princípios comuns a todas as artes: forma, cor e ritmo.

O projeto de Burle Marx para o Jardim de Casa Forte reflete uma verdadeira disposição em dialogar com o entorno considerando os edifícios estabelecidos desde os tempos do Engenho, no século XVI. Burle Marx tem seu trabalho alicerçado na evolução histórica e na atenção que dedica ao ambiente (TABACOW, 2004).

O Jardim de Casa Forte constitui um exemplo marcante de expressão artística de um espaço em consonância com a paisagem urbana. É resultado do gesto consciente de um artista que congrega no seu fazer a forma e o conteúdo, introduzindo novos conceitos e elementos vegetais na composição do jardim, para atender aos anseios da sociedade e ao contexto político que era inserir Recife nos padrões de uma cidade moderna.

Abaixo as fotos de 1935 mostram a praça após a execução do projeto de Burle Marx e a presença das pessoas que usufruíam do jardim para as fotos de recordação, passeios, contemplação e encontros dominicais.

O Jardim de Casa Forte reafirma a sua condição de um espaço concebido por

um artista por resultar do encontro de valores (filosóficos, ecológicos, culturais, éticos e estéticos), os quais são por ele conservados, comunicados e tornados comuns. Burle Marx em entrevista a Conrad Hamerman<sup>3</sup> ao ser questionado sobre a reação do público perante seu trabalho, responde: *“Acharam uma maravilha, mas teve oposição também. Alguns cidadãos se sentiram ameaçados pelas plantas nativas que introduzi. Acharam que eu ia devolver a cidade à selva...”* O Jardim de Casa Forte incorporou com Burle Marx valores, lutas e assume mais uma missão, a de transmitir ao longo do tempo um momento importante de resgate da identidade nacional.

O Jardim de Burle Marx desempenha um papel ativo, não é só reflexo da época, possui uma potencialidade expressiva. Acrescenta à dinâmica forma-conteúdo um novo elemento, a arte, que é co-autora do meio e interage com ele de forma dialética (BRANDÃO, 2001, p. 25). As especificidades que são incorporadas ao Jardim de Casa Forte com a intervenção de Burle Marx ficam melhor caracterizadas quando se reflete sobre a dimensão que este espaço adquire para a cidade e a sociedade.

Considerando a dinâmica forma-conteúdo, o Jardim da Casa Forte, em seu momento moderno, é tomado pelos cidadãos como um espaço público destinado à contemplação, ponto de encontro e prolongamento de seus jardins particulares, ante-sala para os ritos religiosos e encontros dominicais. É sobretudo um espaço que reflete a história e possuidor de símbolos construídos e vivenciados por uma sociedade, expressão de uma ação política inspirada num movimento mundial que se rebate sobre um território. Assim, com o espaço público imbuído de novos valores passa-se para o seu terceiro e último momento de reflexão.

#### 4. Praça de Casa Forte hoje e seus atributos

O espaço público atualmente reconhecido como Praça de Casa Forte, é investigado aqui a partir do ano de 2000 quando acontece um grande “boom” imobiliário no bairro de Casa Forte modificando a relação da Praça com seu entorno.

Espaço público formado ao longo de sua trajetória por acontecimentos históricos relevantes, usos que se transformaram e se consolidaram e valores que se somaram, a praça reúne características que podem ser consideradas premissas de um bem patrimonial pois incorpora valores históricos e artísticos.

Para Riegl (1999, p. 79-99) o valor artístico está presente em todo monumento, segundo a concepção moderna, se responder às exigências da arte moderna. Estas exigências são de duas naturezas: A primeira está relacionada ao valor de novidade ou valor elementar que estaria ligado ao caráter de fechado e de concluído de uma obra que ainda não sofreu a ação do tempo. A segunda exigência, recebe o nome de valor artístico relativo, é subjetiva, diz respeito à concepção da obra e sua relação com a sociedade que a cria e que confere a esta o valor de arte.

Assim como nos momentos anteriores (a Campina da Casa Forte e o Jardim de Casa Forte), existe atualmente uma conjuntura político-social que se faz presente no espaço da Praça. Como em muitas cidades brasileiras, acontece também em Recife uma excessiva verticalização em decorrência do desenvolvimento econômico e da expansão da cidade. Esse processo tem comprometido as características de quase todo o conjunto urbano formador da cidade, entre eles, o bairro de Casa Forte que tem sido fortemente atingido por essa expansão urbana. O fato de ser reconhecido como bairro verde, por possuir uma considerável cobertura vegetal e muitos jardins, funciona como atrativo para grandes e luxuosos empreendimentos.

O processo de verticalização e especulação do setor imobiliário acaba por extrapolar os limites do privado e gera a apropriação dos espaços públicos. Isto impõe uma nova dinâmica social, novas regras de acesso e controle de uma dada porção do espaço. Para Gomes esta mudança é uma





Figura 6: A Praça de Casa Forte: crianças tomando banho  
Fonte: Fátima Mafra, 2005



Figura 7: A Praça de Casa Forte: relação do gabarito dos edifícios com a escala das residências antigas  
Fonte: Fátima Mafra, 2005



Figura 8: A Praça de Casa Forte: a instalação de equipamentos durante as comemorações da festa da Vitória Régia  
Fonte: Fátima Mafra, 2005

transformação comum no mundo contemporâneo e pode ser entendida como um recuo da cidadania:

*"[...] um processo de redefinição nos quadros da vida social coletiva que vem, gradativamente, modificando o estatuto das práticas sociais e espaciais de forma geral no mundo contemporâneo". (GOMES, 2002, p.175)*

Como resultado do adensamento o entorno tem passado por muitas transformações, aumenta a circulação de veículos e novos usos são incorporados, com o surgimento de bares e escolas de idiomas. Com relação a Praça têm sido incorporadas novas práticas sócio-espaciais, ao lazer contemplativo alia-se a prática de caminhadas e skate. As calçadas acomodam os lavadores de carros e motoristas do ponto de táxi, isto ocorre como resultado do crescimento do setor informal da economia isento de normas de regulamentação e conseqüentemente imbuído de um caráter social que serve como razão para a permanência destes usos. As figuras abaixo demonstram a verticalização do entorno e alguns dos usos sociais da Praça.

Contudo, como se pode perceber, não é apenas o setor informal que exerce uma apropriação indevida do espaço público. A verticalização do entorno da Praça, traz diversos "danos" a vida pública e coletiva. O descompasso entre o gabarito dos edifícios de até 40 andares e as residências antigas da Praça, é também uma forma de recuo da cidadania, pois imprime uma alteração significativa na composição espacial, modificando sua ambiência e influenciando na maneira como este espaço público será apreendido, desvalorizando-o, desrespeitando-o e descaracterizando-o em relação aos aspectos históricos e artísticos do conjunto.

O entorno da Praça, considerado por Burle Marx como parte na composição do projeto, está sendo completamente



alterado desfazendo-se a interação formal que os unia. Algumas residências deram lugar a edifícios enquanto outras permanecem, mas os novos edifícios são construídos atrás dos imóveis antigos, os IEPs (Imóvel Especial de Preservação).

Apesar da constatação de toda essa alteração na dinâmica de ocupação territorial, este espaço público guarda marcas que o diferencia. Sua origem, sua história, a missão instituída com o projeto de Burle Marx, sua presença como palco de lutas e manifestações culturais, tudo isso faz deste espaço público um espaço de resistência. A Praça, ainda, possibilita aos cidadãos experimentar um contato com a memória e o resgate da identidade cultural. Por conta da representatividade, que esta Praça, e o bairro de Casa Forte, onde ela está localizada têm para a cidade e os moradores deste bairro, em 2001 aconteceram uma série de manifestações populares que provocaram a elaboração de uma lei municipal, conhecida como Lei do 12 bairros que teve como proposta controlar o gabarito das novas edificações, abarcando além do bairro de Casa Forte, mais onze bairros da cidade do Recife.

É importante salientar que esta manifestação de resistência da população incluiu não só a classe social remanescente da aristocracia açucareira de Pernambuco, mas também organizações de moradores de classe de renda baixa, que residem em algumas Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, inseridas no bairro, mas que representam à minoria.

### Considerações finais

A análise de um espaço público como a Praça de Casa Forte através da dinâmica território-política possibilitou alcançar uma compreensão mais aprofundada das metamorfoses deste espaço, desde sua origem até os dias atuais. A reflexão sobre o espaço público Praça de Casa Forte, envolve o resgate de sua história e de seus atributos enquanto elementos constituintes da alma da cidade. Não se poderia deixar de ressaltar nessa breve análise, o gesto artístico do paisagista Roberto Burle Marx na concepção do projeto, fator preponderante para a constituição da essência diferenciada deste espaço público.

No processo de transformação da Praça de Casa Forte, aqui investigado em três momentos, o que se quis evidenciar é sua especificidade, que a torna única dentre os demais espaços públicos, expressada através de qualidades artísticas que se inserem na dinâmica território-política-espaço público. O espaço é dotado de atributos, refletindo sentimentos de identidade e apropriação particulares de uma história, uma cultura e de um processo de concepção artística que resulta na criação de um espaço público singular: a Praça de Casa Forte.



Figura 9: Gráfico síntese da reflexão sobre o espaço público  
Desenho das autoras, 2006

O gráfico abaixo procura demonstrar que na relação política-território-espaço público existe uma dimensão singular que atua no processo de formação deste espaço. Esta dimensão é composta por valores atribuídos ao espaço pela sociedade: valores históricos; artísticos; simbólicos e culturais. É esta dimensão que diferencia a Praça de Casa Forte dos demais espaços públicos, conferindo a ela características de um bem patrimonial.

Assim, foi possível realizar uma reflexão que abrange a origem do espaço público e as metamorfoses que ocorreram ao longo do tempo pelas práticas sociais que se expressam neste espaço físico.

Com base em Santos (1997), quando um espaço físico sofre um conjunto de ações que o modificam, como conseqüência, são recriadas condições ambientais e sociais. Dessa maneira seria possível supor que ao se impetrar ações de restauração e conservação para a Praça de Casa Forte se recriaria as condições para o fortalecimento de seu papel de espaço urbano público, o qual merece ser salvaguardado. Estas ações permitiriam estabelecer, entre a praça e a sociedade, uma convivência parcimoniosa com os tempos vividos ali registrados.

O olhar da Geografia expresso na dinâmica política-território-espaço público direcionado para Praça de Casa Forte possibilitou uma compreensão desse espaço que reúne conhecimentos multidisciplinares. Assim, esta metodologia aqui utilizada poderá contribuir para a compreensão de outros espaços públicos da cidade do Recife analisados sob essa perspectiva visando à conservação do patrimônio público.

## Notas

- (1) Trabalho final desenvolvido para a disciplina Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE, ministrada pelas professoras doutoras Ana Rita Sá Carneiro e Vera Mayrinck.
- (2) Segundo Bruand (1981, p. 77) a DAU foi criada em 1934 e inicialmente chamado de Seção Técnica de Engenharia e Arquitetura, fechada em 1935, após a tentativa de revolução comunista, sob suspeita de atividades subversivas, foi reorganizada em 1936 transformando-se em Diretoria de Arquitetura e Urbanismo que funcionou ativamente até a morte de Luís Nunes em novembro de 1937.
- (3) Entrevista publicada em *The Journal of Decorative and Propaganda Arts*, n. 21, de 1995, edição temática dedicada ao Brasil.

## Bibliografia

- BRANDÃO, Carlos Antonio Leite. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- COSTA, F. A. Pereira da. *Arredores do Recife*. Recife: Ed. Massangana, 2001.
- DERENJI, Jussara da Silveira. Sé, Carmo e Largo do Palácio. Espaços públicos de Belém no período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Coord.). *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Condição urbana: Ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.
- MARX, Burle. *Burle Marx vive*. Disponível em: <<http://www.vivercidades.org.br>>. Acesso em: 26 out. 2004.
- MARX, Roberto Burle; TABACOW, José (Org.). *Arte e paisagem*. São Paulo: Studio Nobel, 1992.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife/UFPE, 2000.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Luana; PONTUAL, Virginia. *História e paisagem: Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luis*. Recife: Bagaço, 2005.



SÁ CARNEIRO, Ana Rita; PESSOA, Ana Cláudia. Buple Marx nas praças do Recife. Disponível em: <[http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arqui042/arqui042\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arqui042/arqui042_03.asp)>. Acesso em: 24 nov. 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Aline de Figueirôa. *De volta aos princípios: O traçado dos jardins de Buple Marx*. Recife, 2004.

\_\_\_\_\_. *Casa Forte de Ana Paes*. Texto exibido na exposição realizada no Shopping Plaza no 1º semestre de 2002.

GUERRA, Abílio; COSTA, Lúcio; WARCHAVCHIK, Gregori; MARX, Roberto Buple. *Síntese entre arquitetura e natureza tropical*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp150.asp>>. Acesso em: 29 set. 2005.